



Alvaro Angelo Salles

Programa de Pós-Graduação em
Bioética da Universidade de Brasília.
Brasília-DF, Brasil.
alvaroangelo2@yahoo.com
<https://orcid.org/0000-0002-3009-0479>

Volnei Garrafa

Programa de Pós-Graduação em
Bioética da Universidade de Brasília.
Brasília-DF, Brasil.
garrafavolnei@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4656-2485>

Covid-19, bioética e mercado: estudo crítico do direito às vacinas e insumos médicos indispensáveis, com base na Teoria da Complexidade

Covid-19, bioethics and the market: a critical study of the right to vaccines and essential medical supplies based on Complexity Theory

Covid-19, bioética y mercado: un estudio critico del derecho a las vacunas e insumos medicos indispensables, con base en la Teoria de la Complejidad

Resumo: Tomando a experiência brasileira como referência, este trabalho teve como objetivo desenvolver uma análise crítica da recente pandemia de covid-19 pela qual o país e o mundo passaram. Por tratar-se de tema reconhecidamente inter e transdisciplinar, além de político, social e ambiental, conjuntamente a outras propostas conceituais foi tomada como base teórica de referência a Teoria da Complexidade, em diálogo com a Bioética de Intervenção e a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da Unesco. O estudo inicia analisando o papel da ciência, dos cientistas e do mercado na produção, distribuição e consumo de vacinas e insumos biomédicos no enfrentamento de crises pandêmicas. Em sequência, trata do mercado, da exclusão social e do direito ao acesso universal às vacinas e insumos médicos indispensáveis à saúde, mostrando, em continuidade, que a pandemia de covid-19 desnudou mundialmente e especialmente no Brasil, além de uma crise sanitária, uma crise também social, humanitária, ambiental e existencial. Neste sentido, o texto discute que os países periféricos ficaram claramente dependentes do mercado internacional, produtor dos insumos médico-hospitalares indispensáveis ao enfrentamento da situação. Complementando, a pesquisa apresenta sugestões para reverter o atual contexto mundial com referência às pandemias e à inacessibilidade dos países periféricos à tecnologia e sistemas de saúde eficazes, quadro que só será revertido a partir de mudanças realmente transformadoras do panorama político, econômico e decisório global.

Palavras-chave: Covid-19. Bioética. Teoria da Complexidade. Mercado. Exclusão social. Acesso a vacinas e insumos médicos.

Abstract: Taking the Brazilian experience as a reference, this paper aimed to develop a critical analysis of the recent covid-19 pandemic that affected the country and the world. As this is a topic that is inherently inter- and transdisciplinary, as well as political, social, and environmental, the Theory of Complexity was adopted as a key theoretical framework in dialogue with the Intervention Bioethics and the Universal Declaration on Bioethics and Human Rights of Unesco.

The paper begins by examining the role of science, scientists, and the market in the production, distribution and consumption of vaccines and biomedical supplies in the face of pandemic crises. It then addresses the market, social exclusion, and the right to universal access to vaccines and essential medical supplies, showing that the covid-19 pandemic exposed, both globally and especially in Brazil, not only a health crisis, but also a social, humanitarian, environmental, and existential crisis. In this sense, the text argues that peripheral countries were clearly left dependent on the international market for the medical-hospital supplies indispensable to confronting the situation. Finally, the study offers suggestions for reversing the current global context regarding pandemics and the inaccessibility of peripheral countries to technology and effective health systems, a scenario that will only be transformed through truly transformative far-reaching changes in the global political, economic and decision-making landscape.

Keywords: Covid-19. Bioethics. Theory of Complexity. Market. Social exclusion. Access to vaccines and medical supplies.

Resumen: Tomando como referencia la experiencia brasileña, este trabajo tiene como objetivo desarrollar un análisis crítico de la pandemia de COVID-19 por la que pasaron el país y el mundo, recientemente. Por ser un tema de reconocido carácter inter y transdisciplinario, político, social y ambiental se tomó como base teórica referencial a la Teoría de la Complejidad conjuntamente con otras propuestas conceptuales y en diálogo con la Bioética de Intervención y la Declaración Universal sobre Bioética y Derechos Humanos de la UNESCO. El estudio inicia analizando el papel de la ciencia, los científicos y el mercado en la producción, distribución y consumo de vacunas e insumos biomédicos para enfrentar las crisis pandémicas. A continuación, aborda el mercado, la exclusión social y el derecho al acceso universal a las vacunas e insumos médicos esenciales para la salud, mostrando que la pandemia de COVID-19 expuso en todo el mundo, y especialmente en Brasil, una crisis social, humanitaria, ambiental y existencial además de la crisis sanitaria. En este sentido, el estudio plantea que los países periféricos asumieron una posición de dependencia del mercado internacional, como productor de insumos médicos y hospitalarios, esenciales para enfrentar la situación. Finalmente, la investigación presenta sugerencias para revertir el contexto global actual en referencia a las pandemias y la inaccesibilidad de los países periféricos a la tecnología y a sistemas de salud efectivos, situación que solo se revertirá a través de cambios verdaderamente transformadores en el sistema político, económico y de toma de decisiones a nivel global.

Palabras clave: Bioética. Teoría de la Complejidad. Mercado. Exclusión social. Acceso a vacunas y insumos médicos.

Introdução

Ao se pensar na complexidade das relações existentes entre pessoas, instituições e fatos na essência estrutural dos acontecimentos que ocorrem na sociedade moderna, percebe-se que sua discussão abrange uma longa lista de temas entrelaçados. De certa maneira, pode-se pensar na interligação de todos esses temas com os componentes de algumas das ideias centrais de diferentes abordagens: da teoria da complexidade desenvolvida especialmente por Edgar Morin (2005); da teoria do ator-rede, que tem em Bruno Latour (1994) um de seus principais expoentes, quando é afirmada a importância tanto dos seres humanos como dos animais, dos objetos

e dos acontecimentos, todos esses compondo uma vasta rede intercausal; da teoria cosmogônica do hinduísmo, que fala de uma teia na expiração do deus Brahma (ou Brama); da teoria cosmogônica de algumas tribos indígenas, que aderem à noção de que os processos do homem e da natureza são um só; e, ainda, de algumas partes da teoria de Bauman (1998) sobre a vida e os tempos líquidos. Em suma, pode-se dizer que, de acordo com essas teorias todas, os seres de todos os tipos (humanos, animais, vegetais, minerais) se interligam e se influenciam mutuamente na trama de uma grande rede onde tudo é interdependente.

A essência dessas teorias, especialmente a teoria da complexidade, constitui a ferramenta central utilizada nas reflexões desenvolvidas no presente texto como forma de compreender dificuldades e problemas constatados nos países periféricos (países pobres ou países do Sul Geopolítico) na promoção do direito das pessoas ao acesso à vacinação gratuita e universal durante pandemias, tomando como referência de estudo o caso da covid-19.

De maneira similar, pode-se levar também em consideração a perspectiva proposta por Marcuse (2009), segundo a qual o cientista é o responsável pelo uso que a sociedade faz das ciências, sendo, assim, responsável pelas consequências sociais advindas da aplicação prática (tecnológica) dos conhecimentos oriundos da ciência. Defende o autor que não se trata da existência de duas razões diferentes – uma pertinente à ciência e outra externa a ela, seja sociológica ou política –, mas de razões essencialmente inter-relacionadas, sendo que nessa interligação é determinado o rumo do progresso científico (e/ou sua regressão).

Atualmente, a pesquisa científica se encontra inexoravelmente submetida a interesses e planos pré-estabelecidos por diferentes formas de poder nas áreas econômica e social. Não há que se falar, portanto, na existência de dois mundos – o da ciência e o da política – mas, apenas de um mundo, no qual a ciência, a política e por extensão, a ética no seu sentido teórico e aplicado, estão fortemente relacionadas. A ciência, portanto, não é neutra, considerando-se que o resultado dos estudos científicos (assim como o trabalho dos cientistas), uma vez publicado, se insere no contexto do mercado, tornando-se, assim, um bem de consumo a ser mediado entre compradores e vendedores (Marcuse, 2009), podendo resultar em benefícios para algumas pessoas e em consequências nefastas para outras, especialmente considerando-se no campo biomédico as possibilidades financeiras de acesso às mercadorias geradas (medicamentos, insumos médico-hospitalares, vacinas).

Não é difícil entender o resultado de todo esse processo como ponto de chegada dos variados trajetos que a pesquisa científica percorre. Além dos estudos desenvolvidos sob o patrocínio de empresas privadas globais, representativa parcela das verbas destinadas aos novos experimentos tem origem em agências governamentais quase sempre ligadas às elites dirigentes do país-sede que as produz. Tudo isso significa que os objetivos das pesquisas acabam sendo em grande parte das vezes adaptados às necessidades das empresas ou mesmo de certas agências públicas financiadoras com o propósito de controle econômico e político, deixando em segundo plano (ou esquecidas) as necessidades fundamentalmente epidemiológicas e sociais.

O poder político e o mercado na produção, distribuição e consumo de vacinas e insumos biomédicos

Crítico à realidade acima exposta, Marcuse (2009) responsabiliza a indiferença de expressiva parcela dos cientistas quanto aos valores humanos, com a desculpa de que a ciência é neutra e cega em relação ao que acontece com a existência humana. É quando, refere ele, o puritanismo ou uma pretensa neutralidade da ciência transforma-se em “impureza” derivada da submissão da ciência aos objetivos de dominação de elites socialmente descompromissadas. Tal dialética entre responsabilidade ou não responsabilidade, conclui o autor, levou à situação na qual a ciência pode colaborar comissiva ou omissivamente para a construção de uma eficiente maquinaria de aniquilamento da história. O cientista, complementa Marcuse, já não é mais o pesquisador neutro, dissociado e isolado da realidade, mas tornou-se o esteio de políticas e instituições solidamente estabelecidas.

Bauman (1998), por sua vez, fala da pretensa “pureza” da sociedade pós-moderna, representada por pessoas empenhadas em “manter a ordem” e o *status quo* de uma divisão social baseada em condições socioeconômicas já vigentes. Em paralelo, o autor fala também da “impureza”, essa agora composta por “estranhos”, por pessoas que pensam diferente, questionadores ou marginalizados, considerados “não produtivos” dentro da cadeia econômica, que se posicionam na contramão da manutenção da ordem previamente estabelecida que é ensinada na família e nas escolas desde a infância e que, por questionarem essa ordem, mancham essa pureza.

Nesta linha de reflexão, vários exemplos históricos podem ser dados. O mundo tem assistido continuamente à segregação: dos questionadores em seus gulags; dos pobres, cujo lugar reservado para viver seriam os guetos e favelas; dos “loucos”

e “doentes mentais”, que deveriam ser confinados em hospícios; dos portadores de doenças infectocontagiosas, para os quais era exigido isolamento em sanatórios com controle policiaisco; dos infratores da lei, que tinham o destino direcionado para locais de castigo e tortura. Para cada caso, portanto, aplicava-se um tipo de segregação, discriminação e estigma como forma de evitar manchas na “pureza social”. Em casos radicais, a história tem mostrado o emprego de força exagerada ou mesmo de outras ações extremistas praticadas por organizações policiais e militares, em nome da “pureza racial” (como no nazismo e no fascismo). Entretanto, após a constatação dos resultados contraproducentes da técnica de simplesmente segregar os impuros para garantia da pureza, a pós-modernidade passou a buscar formas diferentes de ação (Bauman, 1998). A própria pureza foi redefinida como a capacidade de consumir, passando então o consumo a ser o sustentáculo de grupos econômicos supranacionais e o elemento central que estabelece quem está no poder e quem fica fora dele. No caso das situações biomédicas e das doenças, essa mesma capacidade de consumir é que define quem tem acesso aos cuidados de saúde (ou quem deles é excluído).

A segregação constatada na realidade da África negra em relação às vacinas contra a covid-19 ilustra a tese de Sémelin (2009, p. 62) de que “a acusação de impureza constitui uma incriminação universal contra quem se pretende massacrar. A pureza, de imediato, remete a uma exigência de limpeza contra o outro, catalogado como “sujo”, percebido como “lixo”. Durante a pandemia de covid-19, ficou evidente a capacidade de consumo de vacinas pelos países centrais (ricos), com a manutenção de uma pretensa ordem hegemônica, colocada em paralelo à segregação dos “impuros”, situação bem exemplificada com o caso da África negra. De acordo com dados diariamente atualizados do site *Our World in Data* (2021), organização ligada ao Reino Unido e à Universidade de Oxford, em 2 de agosto de 2021, um ano e meio após o início da pandemia a África ainda patinava no número de 1,4% da população completamente vacinada, enquanto países como o Canadá atingiam a casa dos 60%; a Inglaterra, 57%; Israel, 62%; Estados Unidos, 49%; e o Brasil, com todos os percalços conhecidos e que mais adiante serão apresentados, alcançava a marca de 20%.

Já em 2 de dezembro de 2021 os números mostravam: Canadá, 80%; Inglaterra, 75%; Estados Unidos, 69%; Brasil, 77%. Destacam-se aqui ainda Singapura, com 93%, e Cuba, com 90%. E, pelo lado negativo, o destaque foi a África toda, com a média de apenas 6%, onde a Nigéria mostrava o insignificante índice de 3%. Esse

quadro levou o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) a dizer da vergonha da existência de um verdadeiro *apartheid* das vacinas e da dificuldade para se chegar ao fim da pandemia (Bermudez e Bermudez, 2021).

Também na área científica está presente essa busca da “pureza”, segundo argumentos de Latour (1994), que critica o sistema acadêmico por sua busca de delimitação de fatos que estejam restritos a uma área específica, evitando a intromissão de dados de outras áreas. Aspiraões como essa forma praticada muitas vezes na academia, encontram na pureza dos fatos sua “pedra de toque”, motivo pelo qual segundo Lemos (2013) “revelar os fatos na sua nudez perfeitamente lógica e necessária é a essência mesma da missão purificadora de ‘dar ciência dos fatos’” (p. 71).

Em contestação a esse *modus operandi*, a teoria ator-rede de Latour não vê a “purificação dos fatos”, nem o chamado recorte em textos acadêmicos de dissertações e teses, como a abordagem mais adequada para o trabalho ou para a pesquisa em comunicação. Nesse sentido, Lemos argumenta que essa pretensa “purificação” acarreta separação dos diferentes campos de estudo: muito esforço é realizado internamente por cada uma das escolas de pensamento para produzir e manter barreiras contra abordagens concorrentes, criando competição em torno da definição dos objetos, dos problemas de pesquisa e dos métodos válidos (Lemos, 2013, p. 71). Nestes processos de “purificação”, como insiste Latour (1994), negam-se as características da realidade, delimitando os fenômenos a campos que separam o social, a natureza dos fatos ou o próprio discurso oficial, ao invés de procurar a compreensão de que não existem fenômenos restritos a fronteiras arbitrariamente definidas.

O ideal pós-moderno da pureza do consumismo ainda não foi, porém, efetivado, já que uma parte da população não se enquadra no cenário da lei e da ordem como presenciado no cotidiano, mesmo quando se considera que esse cenário varia de acordo com os próprios interesses das elites dirigentes. O grupo dos “impuros” segue ampliando o leque de suas caracterizações e nomes: são agora os “comunistas”, os “vagabundos”, os “questionadores”, os “gays” ou “transexuais”, as “putas”; enfim, aqueles desviados da “verdade”. O que importa aos defensores da pureza é que seja desqualificado o *status* de pessoa desses grupos, justificando-se assim o tratamento desumano que lhes é dado. Bauman (1998) fala do papel dos meios de comunicação de massa em relação aos marginalizados, sendo as ações desse grupo mostradas como exemplo do que deve ser evitado, caracterizando posturas discriminatórias, de

preconceito e dominação ideológica que não se prendem necessariamente a indivíduos, mas podem se estender a grandes comunidades e até, pensando em níveis globais, às nações periféricas.

Dessas reflexões decorre o reconhecimento de que, na busca pela disponibilização gratuita e universal de vacinas que respondam à pandemia da covid-19, é necessário que seja superada a alienação dos cientistas quanto à sua real responsabilidade social, ao mesmo tempo em que é preciso reconhecer a urgência de superação do modelo atual de uma ciência hermética e protecionista de alguns países (do Norte Geopolítico), que monopolizam o desenvolvimento de setores estratégicos como o da biotecnologia. Nesse sentido e de interesse direto para o presente estudo, há ainda que se refletir sobre o posicionamento de operadores da bioética que se pautam exclusivamente pela restrita visão principialista deste campo do conhecimento, que se recusam ou se omitem frente à sólida constatação da ligação da saúde e da própria vida com os contextos políticos, sociais e econômicos.

A ciência e os cientistas - Teoria da Complexidade como ferramenta teórica para desnudar e entender a realidade

Entre as várias teorias críticas referidas no tópico anterior, pela especificidade da temática aqui debatida, tem particular interesse a Teoria da Complexidade desenvolvida especialmente por Edgar Morin (2005). Segundo ele, a incapacidade de reconhecer, tratar e pensar a complexidade dos fatos e da realidade na qual vivemos e atuamos é resultado do sistema educacional vigente. Isolando e fragmentando os objetos, esse modo de conhecimento acaba eliminando não somente o contexto, mas também sua singularidade, sua localidade, temporalidade, seu ser e sua existência.

No exemplo das ciências biomédicas e da saúde, tem-se testemunhado através dos anos o progresso do controle ou da eliminação das epidemias, do uso das vacinas, dos transplantes e das cirurgias, entre outros exemplos, mas nesse mesmo campo observam-se também os efeitos nocivos da hiperespecialização à qual Morin enfaticamente se refere. Tratar um órgão isoladamente em relação ao corpo pode trazer prejuízo a outros órgãos até então não envolvidos na doença original, passando-se às chamadas doenças iatrogênicas (Morin, Le-Moigne; 2000). Com relação a essa dissociação, cabe lembrar que, além dos efeitos colaterais de algumas medicações, podem ocorrer, como no caso da pandemia da covid-19, efeitos adversos de algumas vacinas como resultado direto de moldes de um processo econômico na sua produção.

Outro problema analisado por Morin (2006) é a posição do ensino entre duas correntes culturais desconectadas – a científica e a humanista –, fazendo-se necessário, em sua opinião, acabar com a dualidade para que o ensino seja capaz de transmitir uma cultura integral e integradora. O conhecimento ideal seria aquele que acolheria qualquer informação recebida por um aluno dentro de seu contexto: “[...] a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada” (Morin, 2006, p. 16).

Morin detectou ainda nos problemas e aspectos da realidade uma constância cada vez maior de características multidisciplinares e interdisciplinares, multidimensionais, transnacionais, transversais, globais e planetárias. No entanto, trabalhar os saberes de modo separado, fragmentado e compartimentado em disciplinas estanques, torna-se para ele um processo inadequado e grave em termos das consequências que acarreta, quando são levados para a invisibilidade: “os conjuntos complexos; as interações e retroações entre as partes e o todo; as entidades multidimensionais; os problemas essenciais”; pois a “hiperespecialização impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas), bem como o essencial (que ela dilui)” (Morin, 2006, p. 13).

Dito de outra maneira, na compreensão do autor todo conhecimento representa, simultaneamente, uma tradução e uma reconstrução, reconstrução esta que vem de símbolos, sinais e signos que vão aparecer na forma de representações, ideias, teorias, gráficos, números, narrativas ou discursos. “O conhecimento comporta, ao mesmo tempo, separação e ligação, análise e síntese”, uma ideia de Morin (2006, p. 24) que, entretanto, não tem encontrado correspondência na realidade da civilização ocidental e de seus processos educacionais, cuja estruturação e maneira de ver o mundo valorizam os destaques em desfavor do conjunto, a divisão em detrimento da conexão e a análise em lugar da síntese. Uma das consequências disso tudo seria o que ele considera a continuação do subdesenvolvimento no processo de fazer ligações e síntese. Um exemplo é o fenômeno da hiperespecialização, tão combatido por ele e para o qual dedicou a impactante e peculiar afirmação: “O reino dos especialistas é o reino das mais ocas ideias gerais, sendo que a mais oca de todas é a de que não há necessidade de ideia geral” (Morin, 2006, p. 100).

Em resposta àquelas pessoas que insistem na segregação entre o científico e o não científico, a posição de Morin é a de que “a ciência é impura”, ao que acrescenta: “A vontade de encontrar uma demarcação nítida e clara da ciência pura, de fazer uma decantação, digamos, do científico e do não científico, é uma ideia errônea e diria também uma ideia maníaca” (Morin, 2005, p. 59). Sua posição traz apoio à valorização

do conhecimento popular advindo de raízes culturais que, mesmo quando errôneo, pode abrir caminho para novos conhecimentos científicos, sendo evitada, dessa forma, limitações a uma pesquisa. Como exemplo, têm-se as pesquisas farmacológicas fartamente desenvolvidas a partir de dados empíricos sobre plantas medicinais cujas propriedades são do domínio ancestral de indígenas e nativos.

Morin encontrou apoio em Habermas na defesa de que, se a ciência é crítica, ela é motivada pela reflexão, que na sua essência tem por interesse a emancipação das pessoas. A fragmentação da ciência em partes pode levar a reflexão a outros interesses como o da dominação e da sujeição de parte da humanidade. Para Habermas (1982), na medida em que a ciência precisa, em primeiro lugar, conquistar a objetividade, dissimula os interesses fundamentais aos quais ela deve não só os impulsos que a estimulam, mas também as condições para utilização de toda objetividade possível. Por isso, ele propõe o que chama de psicanálise científica, seguindo os paradigmas freudianos, que consistiria na conscientização dos interesses que animam os cientistas em determinada pesquisa e dos quais eles não têm consciência.

Nesse sentido, Habermas (1982) defende a participação da metodologia da autorreflexão que é usada pela psicanálise para uma integração dos conhecimentos. O filósofo alemão argumenta que pretensas certezas e afirmações não questionadas em relação a um determinado conhecimento, sempre aparecem ligadas à esfera da dominação e da instrumentalização, desprestigiando as possibilidades do conhecimento crítico alcançado pela autorreflexão. Um dos méritos da psicanálise, segundo o autor, é a contraposição ao positivismo científico, já que ela busca romper com o objetivismo na medida em que resgata para o seu interior aquela autorreflexão (Habermas, 1982).

Nesse aspecto relacionado à autorreflexão, no contexto do presente estudo merece igual referência a Bioética de Intervenção (BI), corrente teórico-crítica de re-territorialização epistemológica da bioética, que procura a integração dos saberes, reconstruindo a totalidade concreta dos fatos na busca da compreensão da realidade. Igualmente, a BI adota a autocrítica constante como um de seus parâmetros de contínua renovação e estruturação, constituindo, ainda, na sua essência, uma proposta prática de exercício inter e transdisciplinar (Garrafa, Porto; 2003; Feitosa, Flor-do-Nascimento; 2015; Garrafa, 2023). É oportuno registrar que desde 2004 a BI vem defendendo a incorporação ao campo epistemológico da bioética, de categorias teórico-práticas e aplicadas derivadas da filosofia e das ciências sociais, como a complexidade, a

inter-transdisciplinaridade e a totalidade concreta, todas elas relacionadas organicamente com o escopo conceitual da interpretação da realidade por meio da não fragmentação dos fatos e do próprio conhecimento (Garrafa, 2005c).

A partir da compreensão do universo dentro de uma vivência de complexidade, como nas formas propostas por Morin, Latour ou outras cosmogonias, percebe-se que procurar entender e analisar a pandemia do coronavírus como um fato isolado é adotar uma visão muito estreita de um fenômeno que se comprova cada vez mais abrangente e multidimensional. Além do vírus causador da covid-19, surgiu no Brasil outra pandemia - essa, comportamental (Halík, 2020) - ligada a correntes reacionárias autodenominadas de “patrióticas”, que produziram uma verdadeira massificação de informações que negavam as verdades científicas. Em pleno século 21, o mundo passou a conviver com um inusitado retorno a pensamentos mágicos primitivos, numa espécie de retrorreligiosidade, que reporta à magia das épocas medievais, como exemplificam os casos das bênçãos e o uso da água-benta para evitar a infecção com a covid-19; ou de “feijões mágicos” vendidos por líderes pentecostais para evitar a doença; ou, ainda, de cultos religiosos que promoviam em um passe de magia a “imunização” contra o coronavírus (UOL Saúde, 2020).

Há que se reforçar uma vez mais em todo esse contexto a permanente veiculação pelos meios de comunicação de enxurradas de fake news, com divulgação de variados tipos de desinformação em relação à saúde: “Nesse sentido, é fácil entender que a saúde não é desvinculada de uma discussão sobre educação, urbanismo, política, sociologia e economia” (Halík, 2020, p. 29-30), nem pode ser separada do entendimento da mente humana, principalmente pela fragilidade que ela pode revelar em tempos de crises, aspecto magistralmente descrito por Freud (1969) em “Psicopatologia da Vida Cotidiana”, tema também abordado por Erich Fromm (1965) em “Psicanálise da Sociedade Contemporânea”.

Mercado, exclusão social e o acesso universal às vacinas e insumos médicos indispensáveis

Especialmente após a homologação da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da Unesco (DUBDH) (Unesco, 2005), a área de bioética passou a incorporar à sua pauta o compromisso ético dos países com relação à saúde pública e coletiva, muito especialmente por meio dos seus artigos 10, 11 e 14 que versam, respectivamente, sobre “Igualdade, Justiça e Equidade”, “Não-Discriminação e

“Não-Estigmatização” e “Responsabilidade Social e Saúde”. Em anos imediatamente anteriores, a BI já vinha dedicando atenção a essas questões, propondo de forma vigorosa e crítica a inclusão definitiva e permanente das temáticas sociais relacionadas com o direito ao acesso à saúde na agenda bioética global do século 21 (Garrafa, Porto, 2003; Garrafa, 2005a). Em outras palavras, a proposta da BI objetivava ampliar essa agenda para além das questões éticas já tradicionalmente veiculadas pelo Princípioalismo desde os anos 1970 (referentes às pesquisas clínicas com seres humanos e às relações dos profissionais de saúde com seus pacientes) e da própria temática sanitária incluída na DUBDH (Garrafa, 2005b).

Temas complexos como: o empoderamento e a efetiva libertação dos sujeitos sociais (individual e coletivamente considerados) para a tomada de decisões em saúde; a igualdade como efetiva meta de chegada da equidade; o compartilhamento de benefícios derivados do progresso científico; os argumentos derivados da teoria da complexidade e da totalidade concreta; a solidariedade crítica; a corporeidade; e outras categorias que fazem parte de extenso glossário epistemológico desenvolvido pela BI, trouxeram oxigênio novo e mais crítico ao debate com relação à necessidade de ampliação da fundamentação teórico-prática requerida pelo campo das éticas aplicadas (Garrafa, 2023). Essa vigorosa iniciativa da BI, em diálogo permanente com os princípios ativos propostos pela DUBDH, passou, então, a fazer parte da própria práxis de grupos brasileiros e latino-americanos de estudos e pesquisas em bioética (Garrafa, Cunha, Manchola-Castillo, 2018), que favorecem e sustentam os argumentos utilizados no presente estudo com relação à pandemia de covid-19 aqui debatidos.

Como é sabido, neste século 21 o mundo passou a viver situações inusitadas de descrédito frente a verdades científicas comprovadas; a emergência de grupos políticos conservadores os quais já se imaginava extintos; ao surgimento de verdadeira ideologia de ódio; e, no contexto da covid-19, a aversão contra o indispensável esclarecimento público dos fatos pandêmicos e políticos relacionados com o que estava acontecendo em relação à pandemia. Mesmo depois de quase um ano de início do processo vacinal e da queda do número de mortes pela covid-19, cientistas da área foram atacados e ameaçados quando tentaram trazer informações corretas e atualizadas sobre a pandemia.

Na verdade, as estatísticas sobre esse assunto são surpreendentes. Pesquisa publicada no *Medscape Medical News* em outubro de 2021, cobrindo principalmente os Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, revelou que 22% de uma amostra de

321 cientistas entrevistados já tinham sido ameaçados de violência física ou sexual e que 15% deles já haviam recebido ameaças de morte, todos por tentarem levar à população esclarecimentos científicos e transparentes sobre a pandemia (Brooks, 2021).

Vários exemplos passados no Reino Unido nesse período demonstram as dificuldades pelas quais passaram cientistas em variadas circunstâncias. Simon Clarke, pesquisador na Universidade de Reading, afirmou ter passado por experiências traumáticas depois de aparecer na mídia, particularmente após denunciar alguns políticos e ideólogos da conspiração que não aceitavam ver suas teorias favoritas desmascaradas. Michael Head, professor da Universidade de Southampton, fez denúncias sobre o grande número de abusos voltados àqueles que tentavam contribuir com respostas científicas à pandemia. E Susan Michie, investigadora da *University College London*, reportou que os abusos via internet aconteceram mais intensamente depois de alguns debates, especialmente aqueles que alertavam sobre questões ligadas a aglomerações de pessoas, o uso de máscaras de proteção ou a ações de vacinação.

Em reflexão sobre fatores que povoam ou circundam o grave problema da pandemia iniciada em 2020 no mundo, Dowbor (2020) procurou mostrar que a crise sanitária da covid-19 nada mais foi que um epílogo tétrico para um sistema socioeconômico planetário totalmente disfuncional e com problemas maiores do que se imaginava numa primeira visão. Viveu-se naquele momento, afirmou o autor, a crise ambiental, a crise das desigualdades sociais, um caos financeiro incipiente e o próprio caos sanitário decorrente da pandemia, estando todos esses fatores de certo modo interligados.

Outra situação pertinente ao contexto aqui debatido foi descrita por Bauman (1998) ao falar em “pós-modernidade líquida” para definir a crise que então emergia e ainda hoje segue atravessando a história do ser humano na busca de sua identidade. A expressão por ele proposta provém das características ligadas aos líquidos, como a água, que é fluida, não tem formato e procura os caminhos mais fáceis de serem percorridos. Como membros dessa crise da modernidade líquida, os seres humanos procuram quase sempre os caminhos mais simplistas e que não ofereçam resistência, desprezando muitas vezes a postura ética e o compromisso com os cargos que ocupam, as funções a eles inerentes e as consequentes responsabilidades daí advindas. Exemplo visível seria (utilizando Bauman) a “política líquida” praticada por deputados do chamado “Centrão” no atual contexto legislativo brasileiro

que, sendo “pragmáticos” (agora usando um eufemismo), movem-se em direção ao que lhes é mais propício e vantajoso, esquecendo ou ignorando completamente a missão parlamentar para a qual foram eleitos.

Apesar do benefício didático que o cenário atual de crises proporciona para a exposição clara dos estudos científicos, deve prevalecer uma permanente consciência sobre a íntima conexão causal e relacional entre os elementos dos problemas encontrados, em cada época determinada. A constância de uma conexão entre as crises sociais, a política e a economia, ficam bem referendadas segundo Piketty (2014, p. 27) ao afirmar que “[...] a história da riqueza jamais deixou de ser profundamente política, o que impede sua restrição aos mecanismos puramente econômicos”, reforçando ainda que “a reascensão das desigualdades depois dos anos 1979-1980 se deveu, em parte, às mudanças políticas ocorridas nas últimas décadas, no que tange à tributação e às finanças”.

Entretanto, independentemente da interpretação que diferentes autores possam apresentar dessas crises, o ponto em comum entre elas são suas desastrosas consequências para o ser humano e a natureza na travessia do período pandêmico iniciado em 2020 no mundo. Na crise ambiental, como realçado por Dowbor (2020), assistimos ao aquecimento global, à devastação de florestas e ao consequente desequilíbrio da natureza com o aparecimento de novas doenças e de vírus mutantes. A crise social, por sua vez, é também devastadora, com a diferença entre ricos e pobres tendo crescido fortemente no período pandêmico. Essa pobreza em que 850 milhões de pessoas passam fome é inexplicável e inaceitável, frisa o autor, insistindo que:

O fato de 1% dos mais ricos terem mais patrimônio acumulado do que os restantes 99% chega a nós como estatística alarmante, mas é um escândalo ético, social, político e econômico. O caos financeiro não fica atrás. Os idiotas de Wall Street ou da City de Londres que gritam entusiasmados “a ganância é boa” (*greed is good*), ganham dinheiro a rodos e paralisam a economia por transformar recursos que podiam financiar tantas coisas que precisamos em aplicações especulativas. [...] Em 1995 foi aprovada a lei que isenta de impostos os lucros e dividendos distribuídos, aprofundando a injustiça social que impera (Dowbor, 2020, p. 27).

Como resultado do desequilíbrio que se verifica quando a remuneração do capital se torna superior à taxa de crescimento da produção e da renda, “o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrarias, que ameaçam de

maneira radical os valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas”, afirma Piketty (2014, p. 9). Completando o cenário, “a crise atinge as famílias em condições estruturalmente críticas”, situação agravada porque acontecem “sob um governo que para favorecer os bancos e rentistas mais ricos travou o SUS, reduziu a Previdência, limitou os direitos trabalhistas, desarticulou os sindicatos, e aumentou o déficit pelo travamento geral da economia” (Dowbor, 2020, p. 42).

O trabalhador que não ganha o suficiente para ter seu próprio veículo e foi obrigado a se deslocar diariamente como única alternativa para manter seu emprego na pandemia, enfrentou coletivos lotados, convivendo com uma higienização deficiente e a companhia de passageiros que desrespeitavam regras sanitárias como o uso de máscara e o distanciamento. Trabalhadores informais dificilmente podem se encaixar no contexto de trabalho tipo *home office*, e outros que mal ganham para se manter, não têm dinheiro suficiente para compra de máscaras ou álcool gel, verdadeiros artigos de luxo em seu dia a dia. Não há como falar, portanto, em uma distribuição justa das cargas da pandemia. Em se falando de assistência à saúde, as diferenças são discrepantes.

O trabalhador que vive na informalidade e os desempregados ou subempregados, são exemplos dos componentes de uma população que, num momento de pandemia, não tiveram como lançar mão de uma poupança para um alívio financeiro, além de se encontrar frequentemente endividado. Assim, no contexto do sistema capitalista, o risco de doenças, mortalidade e agravos à saúde é tão desigual quanto a distribuição das riquezas, sendo a população mais pobre a mais vulnerável tanto do ponto de vista da saúde como das perspectivas econômica e social.

A covid-19 desnudando uma crise sanitária, social, ambiental e existencial mundial

Na visão de Dowbor (2020), não é apenas a pandemia de covid-19 que foi enfrentada. O desafio foi sistêmico e recursos financeiros e tecnológicos foram usados por grupos inescrupulosos em proveito próprio, o que contribuiu com sua parte nos avanços na destruição paulatina do planeta. E complementa, referindo-se à questão dos serviços de saúde no Brasil e sua fragilização:

O coronavírus nos lembrou a todos, inclusive a muita gente nas elites, de que o Estado é necessário. A conferência de imprensa com o ministro da Saúde e sua equipe, todos com coletes do SUS, é muito impressionante,

num governo que aprofundou a destruição do sistema público de saúde iniciada com o presidente Temer. Os 47 milhões de pessoas que pagam planos de saúde descobrem uma evidência: o vírus parece não ter preferências, e a propagação mais acelerada do vírus entre pessoas pouco protegidas irá nos impactar a todos (Dowbor, 2020, p. 36).

Seria um fato irônico, se não fosse trágico, o uso de coletes do Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS) na referida conferência por parte de integrantes do Ministério da Saúde do então governo Bolsonaro, sendo que essas mesmas pessoas, direta ou indiretamente, tinham colaborado anteriormente com o subfinanciamento e precarização do mesmo SUS.

A questão dos sistemas privatizados de saúde como entidades alienadas do interesse pela segurança e a saúde das pessoas fica visível segundo Dowbor (2020, p. 37), que vê nessas entidades o objetivo central de maximizar lucros. Para isso, a orientação dessas instituições é a de que se maximizem as intervenções cirúrgicas, hospitalizações prolongadas, maior utilização de insumos, exames e a venda de medicamentos. Tem-se aqui então a “indústria da doença”, complementa o autor, já que para o sistema privado de saúde não é interessante ter pessoas saudáveis: quanto mais doentes, mais procedimentos médicos necessários e maior retorno financeiro.

A mesma percepção é trazida por Bello-Urrego e Garrafa (2018) quando compartilham e discutem as enfáticas denúncias de Ivan Illich (1975) sobre o assunto. Segundo essa análise, a dependência de medicamentos própria ao que Illich denomina de instituição médico-industrial leva a uma dependência toxicômana dos pacientes, criando-se ao mesmo tempo uma dependência dos mesmos em relação aos profissionais que os atendem. De paciente, o indivíduo passa à dependente de drogas, situação cuja gravidade fica bem caracterizada na constatação de que a taxa de toxicomania medicalizada é maior do que a da toxicomania não médica. O alerta de Illich retraduzido por Bello-Urrego e Garrafa (2018) não é menos contundente com relação à visão do autor de que não cabe ao médico apenas trabalhar com os toxicômanos: criá-los também passa a ser parte integral de sua profissão.

Formulando um entendimento inverso, pode-se dizer que, em governos que funcionem com ética, a saúde será assegurada de maneira pública, gratuita e universal, pois o ponto de partida será o raciocínio de que, se uma pessoa doente e infectada não puder se tratar, ela será uma ameaça sanitária para todas as outras pessoas. Tomando como referência teórica de análise a Teoria da Complexidade, que se interessa diretamente em entender e desnudar a realidade concreta dos diferentes fatos e

situações, disso decorreria a necessidade imperiosa de se construir um ambiente saudável e disponível para toda a sociedade coletivamente considerada. Transformar a saúde em um produto comercial e não admitir o direito de acesso a ela como um bem e um direito da população caracterizaria um contrassenso que, como resultado, tornaria a população mais fragilizada ainda em situações de pandemia, além de onerar desnecessariamente os recursos públicos caso ações preventivas tivessem sido tomadas oportunamente como referência.

Essa percepção sobre as crises que estão ocorrendo na sociedade e no planeta tem movimentado os mais diferentes setores da sociedade. Boff (2021), por exemplo, delinea o atual cenário de catástrofes nos níveis planetário e moral da humanidade da seguinte forma:

Várias ameaças pairam sobre o sistema-vida e o sistema-Terra: o holocausto nuclear; a catástrofe ecológica, o aquecimento global e a escassez de água potável; a catástrofe econômico-social sistêmica com a radicalização do neoliberalismo que produz extrema acumulação à custa de uma pobreza espantosa; a catástrofe moral com a falta generalizada de sensibilidade para com as grandes maiorias sofredoras; a catástrofe política com a ascensão mundial da direita e a corrosão das democracias; e ultimamente o ataque furioso da Terra contra a Humanidade pelo covid-19 (Boff, 2021, p. 15).

Em meio às considerações vindas da concepção epistemológica da complexidade sobre as crises vividas e relacionadas à pandemia de covid-19, pode ainda ser discutido o aspecto da postura do ser humano em relação à natureza que diz respeito ao que, para alguns autores, é descrito como um “pedido de socorro da natureza” diante da sua degradação. Assim, há de se considerar que o ser humano revela há tempos uma tendência de se apartar do que é diferente de si mesmo, sejam esses “diferentes” a natureza, os animais ou outros seres humanos (como aqueles indivíduos que têm outras convicções políticas, por exemplo). Para tanto, esse tipo de ser humano costuma usar o mecanismo de personalizar ou despersonalizar as diferentes situações, desqualificando quem ou o que lhe traga desconforto ou lhe seja desconhecido. Nazistas desumanizavam judeus chamando-os de piolhos ou ratos; estadunidenses costumam denominar mexicanos de cucarachas (baratas); o negro é chamado de macaco. No contexto dessa personalização ou despersonalização discriminatória e estigmatizante, detecta-se psicanaliticamente também o sentimento antropocêntrico do “homem” (ente do gênero masculino), que personifica a natureza como ente do gênero feminino e, “portanto”, subalterno ao gênero masculino.

Nesse processo entra então a questão do distanciamento deste “homem” da milenar capacidade de transformação da natureza. A natureza não pode ser aceita como uma donzela virgem que precisa urgentemente ser protegida, bem como não é uma bruxa malvada criada na era medieval e que está respondendo às ações humanas enviando tsunamis, terremotos, enchentes ou secas como punição. Um raciocínio que precisa ser levado em conta é, em primeira instância, que a natureza consiste em um grande sistema vivo de bilhões de anos e que a espécie humana dele faz parte há pouquíssimo tempo. Percebe-se, na sequência da reflexão, que o que está acontecendo na natureza é apenas sua adaptação aos processos desencadeados pelos humanos. Então, em última análise, os seres humanos não estão destruindo a natureza, mas, sim, destruindo a si mesmos porque, daqui a alguns milhares de anos, se continuada essa marcha evolutiva, humanos estarão extintos e a natureza já terá reciclado toda a contaminação e poluição existentes no presente. Talvez sobre alguns restos de construções erigidas pelas mãos humanas totalmente cobertas por mato, como mostram alguns filmes de ficção científica representando o futuro.

Não é tão difícil imaginar o que se chegue a tal situação planetária quando se recorda qual é a idade da Terra e quando apareceu a humanidade sobre a superfície do planeta. Por meio da datação radioativa do urânio, sabe-se que a idade da Terra (no chamado tempo geológico) está na casa dos 4,5 bilhões de anos, enquanto o aparecimento do ser humano (tempo histórico) é contado em apenas milhares de anos (Geocronologia, 2018). Essa brutal diferença de idade histórica leva alguns professores de geografia a trazerem para seus alunos uma reflexão que talvez se revele útil para colocar em perspectiva a relação entre o ser humano e o planeta: se, em uma escala, os 4,5 bilhões de ano da Terra significassem, para exemplificar, 24 horas, o aparecimento do homem estaria localizado às 23 horas, 59 minutos e 57 segundos, o que significa que, em relação à Terra, o homem teria apenas 3 segundos de existência.

Precedendo em curto período a crise sanitária advinda com a pandemia da covid-19, várias outras crises vêm marcando os caminhos da saúde. O surto de ebola atingiu a África Ocidental no período de 2014 a 2016; o surto de zika vírus, começando nas Ilhas do Pacífico, em 2016, estendeu-se às Américas do Norte do Sul; também, ainda em 2016, o surto de febre amarela; o coronavírus causou o surto de Sars (Síndrome Respiratória Aguda Grave) que, iniciado no sudeste da Ásia em 2002, atingiu depois o Canadá; a gripe H1N1 começaria no México em 2009; e a Mers (Síndrome Respiratória do Oriente Médio) tomaria a Península Arábica em 2012 (Osterholm, Olshaker; 2020).

A crise sanitária mais recente – a pandemia da covid-19 – vem sendo explicada pela presença de um novo coronavírus surgido no final de 2019 provavelmente na China. Independentemente de sua origem, o mundo todo foi rapidamente atingido, em parte pelo fato de que a principal forma de transmissão do vírus acontece de pessoa para pessoa “através da aspiração de gotículas liberadas no ar por alguém infectado e minúsculas partículas de aerossol preenchidas pelo vírus”, conforme explicam Osterholm e Olshaker (2020, p. 11), uma forma bastante similar à origem da “velha” influenza. Na busca de causas para a instalação mundial da covid-19, pode-se dizer que a disseminação do vírus, de imediato e antes que fosse devidamente estudada, encontrou apoio na facilidade de trânsito de pessoas por todos os lugares do planeta por via aérea, marítima ou terrestre, seguidas das enormes concentrações populacionais das grandes cidades e à existência de inúmeras favelas e cortiços em condições insalubres em muitos lugares. No entanto, a permanência e a virulência da situação pandêmica foi variável entre diferentes países; enquanto o vírus estava sendo contido em alguns países, o mesmo não acontecia em outros, o que traz ao questionamento sobre os motivos e – uma vez mais e na sua essência concreta – a complexidade de razões que estão na raiz das diferenças existentes.

Quando qualquer crise sanitária é prevista ou se instala em um país, é necessário que o indivíduo, grupo ou instituição assumam a liderança da situação, cercando-se de informações com bases científicas sobre os agentes da crise, passando as informações de modo claro e permanente à população e determinando as providências políticas, administrativas e sanitárias que assegurem uma rápida resposta ao problema. No Brasil, assistiu-se, desde o início do processo a um tratamento político (e também ideológico) do processo vacinal, a um desprezo pelo posicionamento dos especialistas da saúde em relação à importância das vacinas, processo complexo que incluía evitar aglomerações, recomendava a utilização de máscaras protetoras e ainda reforçava a importância de outras medidas sanitárias no dia a dia, além de se vivenciar uma completa descoordenação entre as autoridades federais, estaduais e municipais sobre decisões administrativas e sanitárias relativas à pandemia. A tudo isso se somou a ausência e/ou falta de transparência nas informações sobre a pandemia e a vacinação e ainda, de extrema gravidade, a adulteração de fatos científicos sobre medicações adequadas ao controle da covid-19. Por conseguinte, pode-se pensar no desgoverno ou condução inadequada da crise como um dos fatores que promoveram a disseminação rápida do coronavírus no país e levaram a um número desproporcional de mortes comparativamente a outros países.

Para se ter uma ideia das consequências nefastas dos desmandos do governo Bolsonaro acima elencados, o Brasil, com seus cerca de 210 milhões de habitantes, que significam hoje cerca de 2,6% da população mundial, “contribuiu” com 710 mil óbitos ocasionados pela covid. Como o mundo abriga atualmente aproximadamente 8 bilhões de pessoas e a OMS calculou em cerca de 15 milhões as mortes ocasionadas pela covid em todo planeta, o Brasil, com 2,6% da população mundial, “contribuiu” desproporcionalmente com nada menos que 7,2% destas mortes...

Entretanto, procurando localizar os fatores que, em convergência, culminaram na atual crise sanitária global, Osterholm e Olshaker (2020) apontam, antes de tudo, a questão da dependência do mundo em relação aos produtos manufaturados especialmente pela China e Índia e, em adição a isso, a adesão a um sistema de cadeia de suprimentos, produção e entrega sob demanda. Esse sistema que os autores realçam é também conhecido como *just in time*, de acordo com o qual, por razões de mercado, se procura evitar o estoque dos produtos.

Realmente, no caso do Brasil, entre os fatos desnudados pela pandemia esteve a constatação de que a aquisição de produtos vindos do exterior era feita no mesmo grau da demanda, não restando margem para demandas imprevistas (o que acontece nas pandemias) e que, entre esses produtos, contavam-se medicamentos e insumos essenciais para a fabricação das vacinas. A adoção desse tipo de sistema leva ao risco de não se ter medicamentos disponíveis em situações de emergência nos hospitais, ou de não se contar com equipamentos de proteção individual (EPIs) para os profissionais que estavam em contato direto com pacientes com covid-19. Em outras palavras, a continuar dentro desse sistema, o Brasil e os países em situação similar de dependência seguirão permanentemente despreparados para enfrentar crises, epidemias, pandemias ou qualquer necessidade prolongada de equipamentos, insumos e medicamentos para seu enfrentamento.

Como a situação enfrentada pelos Estados Unidos com a vinda da pandemia do coronavírus em relação a medicamentos foi bem documentada, ela ilustra a fragilidade do sistema de produção sob demanda, aqui em discussão. De acordo com o *Center for Infectious Disease Research and Policy* estadunidense (Cidrap), em abril de 2009 foram identificados mais de 150 medicamentos básicos e de uso frequente cuja falta levaria elevado número de pacientes a óbito em algumas horas naquele país (Yang, 2009). Deste grupo de medicamentos, muitos deles eram genéricos ou seus princípios ativos,

fabricados na China ou na Índia. A extensão da vulnerabilidade do sistema ficou exposta quando, desde os primeiros momentos do surto do coronavírus, em 2020, um total de 63 desses medicamentos já estavam indisponíveis, naquele país para compra imediata ou em falta sob condições normais (Osterholm, Olshaker; 2020), uma situação “resolvida” por Donald Trump, o presidente do país na época, pela apropriação unilateral de material e insumos (como respiradores, por exemplo) destinados a outros países com necessidades maiores, no momento de seu embarque.

A questão da dependência de medicamentos requer uma solução. Outras pandemias com certeza acontecerão e poderão ter o impacto devastador da pandemia da gripe espanhola, por exemplo, que dizimou entre 50 e 100 milhões de pessoas nos anos 1918 e 1919, alertam Osterholm e Olshaker (2020). Além da facilidade de deslocamento de pessoas pelo mundo e das situações de miséria, quando aglomerados de pessoas desfavorecem medidas sanitárias, os autores lembram ainda que a invasão dos habitats naturais quando da devastação de florestas é também um fator responsável pelo deslocamento de doenças de animais para os humanos das cidades. Ademais, há de se pontuar aqui a facilidade de disseminação dessas doenças em fazendas de porte industrial, onde animais hospedeiros vivem amontoados em espaços diminutos. Nas fazendas aviárias, cada uma das aves neles criadas se torna “um tubo de ensaio potencial no qual um novo vírus ou uma nova bactéria pode se reproduzir” (Osterholm, Olshaker; 2020, p. 76), lembrando que todos esses seres da natureza estão em contato próximo com o ser humano e respirando o mesmo ar!

Possibilidades de reversão da situação a partir de mudanças transformadoras da realidade global

Levando em conta a argumentação apresentada no presente texto e considerando – além das causas de ordem biológica – a complexidade das múltiplas razões dessas trágicas mudanças estarem surgindo com tamanha velocidade, tudo isso relacionado às possibilidades de a humanidade prevenir catástrofes futuras, o caminho mais adequado é a decisão política da comunidade de internacional de nações do planeta partirem imediatamente para mudanças transformadoras de todo esse contexto indesejável.

Neste sentido, são apresentadas, entre outras, algumas providências de ordem prática indispensáveis para que a situação brasileira aqui debatida, mas também a situação mundial, possam ainda ser revertidas.

- Há necessidade de mudanças em relação a políticas governamentais, especialmente aquelas ligadas à saúde, que incluam o respeito e o equilíbrio da biodiversidade e do ecossistema.
- A produção de fármacos, insumos e equipamentos biomédicos precisa ser diversificada, com o gerenciamento dos setores de saúde pelo Estado.
- As cadeias de produção e distribuição de remédios, insumos e outros itens devem ter funcionamento permanente, com previsão de estoques garantidores para enfrentamento das crises.
- Os países precisam passar a investir seriamente nas áreas de educação e saúde, com novos centros de pesquisa globalmente distribuídos, incluindo a formação de técnicos e cientistas em saúde e tecnologia em geral.
- A produção de medicamentos e antibióticos não deve depender de conhecimento ou de insumos sob controle exclusivo de outros países detentores de “patentes”.
- Os países devem prover laboratórios farmacêuticos com pesquisadores em permanente desenvolvimento de pesquisas, com a previsão de estoque com quantidades realistas de suprimentos necessários, além de aumentar a capacidade dos hospitais públicos e clínicas para atender níveis de surto.

No que se refere às medidas que com relação ao tratamento das questões sanitárias a ser implementadas planetariamente, pelas circunstâncias de permanente dependência do mercado internacional, é preciso que sejam destacados pelo menos os seguintes pontos:

- As empresas farmacêuticas comerciais dos países ricos, que trabalham visando ao lucro, não estarão interessadas em investir altas somas em medicamentos usados somente em emergências ou apenas em países periféricos e não alinhados politicamente com as nações que estão no centro do poder mundial. Nesse sentido, deve ser adotado outro modelo de pesquisa na área da saúde dos “países periféricos”, o qual busque o desenvolvimento próprio e a devida distribuição de medicamentos e vacinas, caso não se queira continuar ferindo princípios de cuidado, justiça social e proteção nos países pobres.
- O mínimo que pode advir de uma política de saúde em face de crises pandêmicas é a responsabilidade pública dos países periféricos de colocar em ação um aparato

de estudos e pesquisas sobre a doença ou pandemia em tela. Não é admissível que se continue convivendo com a dependência de pesquisas de laboratórios internacionais que têm o lucro como primeiro objetivo, também não sendo segredo suas políticas omissivas em relação a produções não lucrativas que só teriam demanda por parte de países pobres.

- Os paradigmas políticos, econômicos e morais do chamado sistema-mundo precisam caminhar para um perfil definitiva e permanentemente ético, dentro de uma orientação bioética fundamentada nos direitos humanos universais.

Se o princípio da responsabilidade pública em relação a populações mais vulneráveis – princípio este fortemente considerado pela Bioética da Intervenção e pela Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da Unesco especialmente em seu Artigo 14 que trata do princípio da “Responsabilidade Social e Saúde” – tivesse sido colocado em prática desde o aparecimento do primeiro coronavírus, e se esse vírus tivesse sido estudado em profundidade e com compartilhamento de conhecimentos interpaíses e interempresas, teria havido uma compreensão mais rápida do processo e o desenvolvimento de uma verdadeira “plataforma” para a descoberta e disponibilização de vacinas salvadoras contra o novo coronavírus que surgiu no final de 2019.

Considerações finais

O cenário do mundo atual comportando suas diversificadas crises também parece não deixar dúvidas sobre a necessidade de uma ressignificação da existência da espécie humana em sua relação com o planeta. Os vários males que assolam a Terra evidentemente não podem ser imputados somente à pandemia da covid-19, pois vêm se expandindo há décadas, e nem vão cessar com a pandemia controlada. Tomar conhecimento das crises que o mundo atravessa na atualidade só torna mais premente a necessidade de que o ser humano procure um caminho de existência integrada, sustentável e ética, cujo primeiro passo seja uma postura de respeito não só para com seus pares, mas para com todos os seres vivos e com relação a todos os tipos de habitats e a própria biosfera que nos cerca.

Infelizmente, tal reflexão sobre a necessidade de atitudes transformadoras do ser humano em relação à sua coexistência com o planeta ainda se localiza em um contexto de esperança. Entretanto, tal sentimento não é compartilhado por alguns importantes pensadores, como Freud, que, em correspondência com Einstein (Freud, Einstein, 2017),

não se posicionou de modo otimista em relação ao futuro da humanidade, posicionamento este que ele deixa desenvolvido em sua obra quando se refere ao instinto autodestrutivo do ser humano, ao seu individualismo exacerbado e à sua capacidade de eliminação e segregação do “diferente”. No entanto, a perspectiva de Freud, longe de trazer desalento, deve ser utilizada como contribuição no sentido de se considerar mais um dado que a humanidade deve passar a considerar como essencial, tomando consciência de sua própria fragilidade e, a partir dessa consciência, reunir forças para a construção de indispensáveis transformações.

Referências

- Bauman Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar; 1998.
- Bello-Urrego A, Garrafa V. Crítica à instituição médica moderno-industrial a partir do microssistema linguístico de Ivan Illich. *Saúde Debate*, jan-mar 2018; 42(116): 263-73.
- Bermudez L, Bermudez J. Covid-19: o mundo em um “apartheid de vacinas”. FIOCRUZ, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Covid-19-o-mundo-em-um-apartheid-de-vacinas>.
- Boff L. Covid-19: a mãe Terra contra-ataca a humanidade – advertências da pandemia. Petrópolis: Vozes; 2021.
- Brooks M. Muitos cientistas enfrentam sérias ameaças por falarem sobre COVID: pesquisa. *Medscape Medical News*, 25 out. 2021. Disponível em: https://www.medscape.com/viewarticle/960821?uac=136432DR&faf=1&sso=true&impID=3711505&src=WNL_dne_211014_mscpedit
- Dowbor L. Além da pandemia: uma convergência de crises. In: Passos JD (org.). *A pandemia do coronavírus: onde estivemos? para onde vamos?* São Paulo: Paulinas; 2020: 25-48.
- Feitosa SF, Flor-do-Nascimento W. A bioética de intervenção no contexto do pensamento latino-americano contemporâneo. *Bioética (Impr.)* 2015; 23(2): 277-84.
- Freud S, Einstein A. Por que a guerra? Reflexões sobre o destino no mundo. Coimbra: Edições 70; 2017.
- Freud S. *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901). Rio de Janeiro: Imago; 1969. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. VI.

- Fromm E. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar; 1965.
- Garrafa V, Cunha TR, Manchola-Castillo C. Access to healthcare - a central question within Brazilian bioethics. *Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics* 2018. 27: 431-439.
- Garrafa V, Porto D. Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice. *Bioethics* 2003; 17(5-6): 399-416.
- Garrafa V. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva - crítica e socialmente comprometida. *Revista Brasileira de Bioética* 2005a; 13(1): 125-143.
- Garrafa V. Inclusão social no contexto político da bioética. *Revista Brasileira de Bioética* 2005b; 1(2): 122-132.
- Garrafa V. Multi-inter-transdisciplinarietà, complejidad y totalidad concreta en bioética. In: Garrafa V, Kottow M, Saada A (coords.). *Estatuto epistemológico de la bioética*. México; Unam/Unesco; 2005c, pp. 67-86.
- Garrafa V. Bioética de intervención, dura sin perder la ternura: crítica, anti-hegemónica y militante. In: Acosta Sarriego JR, editor. *Bioética y biopolítica*. La Habana, Cuba: Editora Acuario; 2023. p. 88-112.
- Geocronologia: como foi calculada a idade da Terra? Minas Jr. Consultoria Mineral. 28 jun. 2018. Disponível em: <https://www.minasjr.com.br/geocronologia-idade-da-terra/>
- Habermas J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar; 1982.
- Halík T. Alternativas. In: Incerti F, Candido DB (orgs.) *Fragmentos de uma pandemia*. Curitiba: PUCPRESS; 2020: 23-26.
- Illich I. *Nemesis médica: la expropiación de la salud*. Barcelona: Barral; 1975.
- Latour B. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: 34; 1994.
- Lemos A. *A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura*. Rio de Janeiro: Annablume; 2013.
- Marcuse H. A responsabilidade da ciência. *ScientiaeStudia* 2009; 7(1): 159-64.
- Morin E, Le-Moigne JL. *A inteligência da complexidade*. 3. ed. Petrópolis: Petrópolis; 2000.
- Morin E. *Ciência com consciência*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2005.

Morin E. A cabeça bem-feita. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2006.

Osterholm MT, Olshaker M. Inimigo mortal: nossa guerra contra os germes assassinos. Rio de Janeiro: Intrínseca; 2020.

Our World in Data – Statistics and Research. Vacinações contra Coronavírus (COVID-19). 2 ago. 2021. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>

Piketty T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca; 2014.

Sémelin J. Purificar e destruir. São Paulo: Difel; 2009.

Unesco. Universal Declaration on Bioethics and Human Rights, October 19, 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146180>.

UOL Saúde. Igreja é investigada por anunciar imunização contra coronavírus em Porto Alegre. 3 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/afp/2020/03/03/igreja-e-investigada-por-anunciar-imunizacao-contr-coronavirus-em-porto-alegre.htm>.

Yang P. Promising practices for pandemic planning: agencies build partnerships to dispense emergency medications. Cidrap - Center for Infectious Disease Research and Policy, April 6, 2009. Disponível em: <https://www.cidrap.umn.edu/search?keywords=-MEDICATIONS>

Conflito de interesses

Não há.

Colaboração

Os dois autores participaram igualmente de todas as etapas da elaboração do artigo.

Correspondência

A. A. Salles.

Programa de Pós-Graduação em Bioética. Faculdade de Ciências de Saúde, Campus Universitário Darcy Ribeiro s/n, CEP 70.910-900, Brasília-DF, Brasil.

alvaroangelo2@yahoo.com

Recebido em: 06/03/2025. Revisado em: 23/09/2025. Aprovado em: 07/10/2025.

Editor responsável

Lucas França Garcia

(<https://orcid.org/0000-0002-5815-6150>)